

Em 1 de Março de 2005 o Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU¹) – Kofi Anan e o Director Geral da UNESCO² decretaram formalmente que a Década 2005 a 2014 seria dedicada à **Educação para o Desenvolvimento Sustentável**.

Todos deveríamos desenvolver acções que promovessem o Desenvolvimento Sustentável.

Durante gerações a Humanidade preocupou-se em promover o Crescimento Económico a todo o custo.

No entanto a realidade tem mostrado que a este Crescimento Económico têm estado associados grandes problemas da Humanidade, nomeadamente:

1. Esgotamento dos Recursos Naturais não renováveis.
2. Empolamento das assimetrias Norte-Sul e entre Ricos e Pobres.



A opção seguida pelos maus empreendedores em que a nossa sociedade, em parte, se tem alicerçado é a de fazerem a maior riqueza possível com um recurso esgotando-o, deslocalizando³ a seguir as suas empresas e procurando um novo recurso para novamente o esgotarem e iniciarem um novo ciclo.

Esta postura tem conduzido à construção de grandes riquezas individuais em curtos períodos de tempo, mas tem também conduzido à exaustão dos Recursos Naturais não renováveis que têm que assegurar a sobrevivência futura da Humanidade a médio e a longo prazo.

É premente construir uma nova conjuntura social, que faça com que:

- os cidadãos possuam uma cultura que os impeça de desenvolver explorações não sustentáveis,
- os cidadãos não permitam que outros o façam,
- os cidadãos se revejam nas instituições que os representam para que regulamentem, fiscalizem e evitem este tipo de atentados contra a Humanidade.

Todos somos responsáveis por isso.

¹ ONU em inglês diz-se UN – United Nations

² UNESCO é United Nations Education, Science and Culture Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e o seu Director Geral é Koichiro Matsuura

³ Deslocalização – Quando as empresas estão localizadas em conjunturas menos favoráveis, promovem a sua transferência para locais de mão de obra mais barata, com facilidade de impostos (Portos francos), etc... que lhes permitam manter-se lucrativas (e competitivas). Geralmente esta medida acarreta desemprego e desequilíbrios sociais a cuja responsabilidade estes maus empresários se furtam.



Breve Cronologia dos principais marcos históricos que envolvem o conceito de Desenvolvimento Sustentável



Malthus

1798 - Thomas Robert Malthus (1766-1834), economista britânico publica o seu "Ensaio sobre os princípios das populações" em que postula que as populações têm tendência para crescer em progressão geométrica enquanto o alimento somente em progressão aritmética. Alerta para a necessidade do controle de natalidade.

1900-1920 - O matemático Vito Volterra (1860-1940) desenvolve importantes trabalhos na área da Ecologia das Populações, em que demonstra a importância dos *stocks* reprodutivos para assegurar a reprodução das populações, nomeadamente no que respeita à pesca de mar.

1960 - A década de 60 é proclamada pelas Nações Unidas como a década do Desenvolvimento.

1968 - Forma-se "O Clube de Roma" liderado entre outros pelo industrial Arildo Peccei e por 30 especialistas do MIT - Massachusetts Institute of Technology que elaboram o relatório Meadows [Denis Meadows e Donella Meadows (1941-2001)]. Pretende-se relocalizar o capitalismo em escala mundial o que é duramente criticado pelos países do Terceiro Mundo liderados pelo Brasil, face às propostas de "crescimento zero" O relatório virá a ser editado em 1972.



Donella Meadows

1972 - O Clube de Roma edita "Os Limites do Crescimento" resultante do relatório do MIT (1968) que retoma as teorias de Malthus e alerta para a rotura breve dos stocks de recursos naturais não renováveis. Os países do Terceiro Mundo, liderados pelo Brasil opõem-se à opção de "crescimento zero" mas ao mesmo tempo em Londres é publicado o "Manifesto pela Sobrevivência" culpando o consumismo e o industrialismo capitalista pela degradação ambiental.

1984 - Na reunião da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento a Primeiro-Ministra da Noruega a Sra. Gro Hatlem Brundtlandt apresenta o relatório "Our Common Future" onde se define o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Cria-se um programa mundial para a mudança, para mudar a forma de reflectirmos sobre a pobreza, o crescimento económico, a destruição do ambiente e a industrialização. Nem a protecção do ambiente nem o desenvolvimento são sustentáveis se não forem pensados de uma forma integrada.

1992 - Cimeira do Rio ou Cimeira da Terra - 2ª Conferência da CNUAD (Comissão das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento) pretende comprometer os governos para reduzir a degradação do ambiente do planeta. Fortes resistências de alguns países e falta de solidariedade entre os países do Norte e os do Sul entravam a sensibilidade internacional crescente e a pressão das ONGs o que acaba por resultar em extensos acordos teóricos, mas vagos e insuficientes entre eles a Agenda 21 e a Convenção do Rio sobre o Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável. É criada a CSD - Comissão para o Desenvolvimento Sustentável.

O Conceito de Desenvolvimento Sustentável contrapõe-se então ao Crescimento Económico, por ser aquele que promove o Desenvolvimento Económico e Social da Humanidade sem comprometer a sua sobrevivência futura, ao promover uma adequada gestão dos Recursos Naturais que impede o seu esgotamento.

A sustentabilidade assenta em diversos princípios, que no entanto são variáveis segundo os diferentes autores. Uma abordagem simples pode ser orientada apenas pelos seguintes 5 Princípios:

1. **Princípio do Uso Sensato:** Não desperdiçar os recursos não renováveis
2. **Princípio da Capacidade de Sustentação:** Explorar um recurso é recolher o juro do capital. Consumir o capital acarreta na redução do juro futuro.
3. **Princípio da Qualidade do Ambiente:** Todas as opções e decisões devem salvaguardar a manutenção ou a melhoria da qualidade do ambiente para todos (quer na nossa, quer nas gerações futuras.)
4. **Princípio da Prevenção:** Qualquer decisão acarreta consequências. O desconhecimento das consequências não leva à aceitação dos riscos
5. **Princípio dos Benefícios Partilhados:** Todos os que irão sentir as consequências positivas e negativas da opção tomada devem participar na decisão.

O desperdício da água, que cada vez se demonstra mais ser um recurso natural escasso e que é consumido a uma velocidade superior à do seu ciclo, é um exemplo de um comportamento social não sustentável.

A poluição de um curso de água é um exemplo concreto de comportamentos ambientalmente desajustados e lesivos para os restantes membros de uma comunidade.



A problemática da Água no Mundo encerra a maior parte dos problemas implícitos ao Desenvolvimento Sustentável, pois a sua distribuição não é equitativa nas diferentes regiões do Globo e, muitas vezes, ao desperdício do recurso no Norte, corresponde a escassez e a pobreza do Sul.

Actividade

Em grupo, tomando um jornal qualquer identificar algumas decisões políticas (máximo 4) tomadas recentemente e que conduzam a repercussões sobre um território identificável (país, município, escola, etc...)

Também pode ser escolhida uma medida que tenha sido estabelecida pela escola que influencie a gestão e o uso do espaço escolar.

Listar essas medidas e interpretá-las para as compreender.

Seguidamente proceder à sua avaliação, no que respeita ao cumprimento ou não dos 5 princípios da sustentabilidade acima referidos.

	Decisão 1	Decisão 2	Decisão 3	Decisão 4
1. Uso Sensato				
2. Capacidade de Sustentação:				
3. Qualidade do Ambiente:				
4. Prevenção:				
5. Benefícios Partilhados:				

- Tentar justificar as razões que levaram à conclusão da resposta (Cumprir ou não cumprir).
- Todos os grupos através dos seus Porta-Voz trocam opiniões por forma a chegar-se a uma posição de consenso.
- Novamente no seio de cada grupo, para cada uma das medidas, descrever o que poderia ser feito para as tornar sustentáveis.
- Voltar a apresentar à turma e a discutir as soluções preconizadas.

Pode-se concluir que, entre outros aspectos, as medidas assumidas em prol do Desenvolvimento Sustentável são mais democráticas, mais ponderadas, mais responsabilizadoras, mais transparentes e próximas do cidadão e possibilitam um Desenvolvimento Económico e Social harmónico com a Conservação.

Educar para o Desenvolvimento Sustentável é Educar para a Cidadania.